



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

**CONTRATANTE:** SSP/DF. UASG: 450107.

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de boton/pin metálico para identificação pessoal e moeda comemorativa, visando atender demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, de acordo com as especificações, condições, quantitativos e exigências estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 14/05/2026, às 13h.

**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO ATÉ:** 11/05/2026.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por Grupo.

**MODO DE DISPUTA:** Aberto.

**PREFERÊNCIA DE ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não.

**INTERVALO MONETÁRIO ENTRE LANCES:** R\$ 1,00 (um) real.

**ESTIMATIVA GERAL:** R\$ 120.022,00 (cento e vinte mil vinte e dois reais).

**Processo nº 00050-00014564/2025-18**

O Distrito Federal, representado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal - SSPDF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** do tipo menor preço por grupo, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Distrital nº 44.330 de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado pela Portaria nº 17, de 19 de fevereiro de 2026, publicada no DODF nº 42, página 52, de 05 de março de 2026, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, que terá, dentre outras, as seguintes atribuições: receber, examinar e decidir as impugnações e pedidos de esclarecimento ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua

elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página [www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes) e no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para aquisição de boton/pin metálico para identificação pessoal e moeda comemorativa, visando atender demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência – Anexo I, cujas especificações técnicas prevalecem em caso de divergência.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 3 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem, sendo a adoção do critério de julgamento por grupo devidamente justificada no Termo de Referência.

1.3. A presente licitação adota minuta padronizada aprovada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, conforme Parecer Referencial nº 59/2024 – PGDF/PGCONS, declarando-se sua aderência integral, ressalvadas adaptações específicas do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

### **2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.1.1. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.1.2. Realizar o procedimento licitatório;

2.1.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços;

2.1.1.4. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

2.1.1.5. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

2.1.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

2.1.1.7. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado.(Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023).

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SSPDF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 Decreto-DF 44.330/2023)

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 Decreto - DF 44.330/2023)

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do Decreto nº 44.330/2023.

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 Decreto-DF 44.330/2023)

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com data-base vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela SSPDF.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 Decreto-DF 44.330/2023).

2.6.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de fornecimento ou outro instrumento equivalente, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, a depender das características da contratação.

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do Decreto-DF 44.330/2023).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo II deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. **Não será permitida a adesão à ata de registro de preços.**

### **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de

acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, **QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO** assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 3.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

3.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.10.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.10.11. proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.10.12. executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.10.13. agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.10.14. empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.10.15. pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

- 3.10.15.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da licitação promovida pelo órgão ou entidade da Administração Pública Distrital; ou
- 3.10.15.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da Administração Pública Distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da licitação;
- 3.10.16. A vedação de que trata o item 3.10.14. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 3.10.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 3.10.18. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação.(Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.3 e 3.10.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.14. O disposto nos itens 3.10.3 e 3.10.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.16. A vedação de que trata o item 3.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1 e 8.17 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.1.5. O envio de lances será realizado por item, conforme operacionalização do sistema eletrônico, sendo, contudo, o julgamento das propostas realizado pelo valor global do grupo, nos termos deste edital.
- 5.1.6. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo**, sendo considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global para o conjunto dos itens que o compõem, observadas as exigências deste Edital e seus anexos.
- 5.1.7. A sistemática de apresentação de lances por item não afasta a forma de julgamento estabelecida neste Edital, que se dará exclusivamente pelo valor global do grupo.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.10. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de



sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. Os lances serão ofertados por item, conforme operacionalização do sistema eletrônico, sendo o julgamento realizado pelo valor global do grupo, nos termos deste edital.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (*um real*).
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.20.2.2. empresas brasileiras;
- 6.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao beneficiário, em conformidade com os itens 3.5 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o

pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 130 a 134 do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

#### 8.2.1. **Qualificação técnica**

I - Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

II - Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, onde a somatória deverá ter no mínimo de 30% de fornecimento do objeto, referente ao GRUPO 1, DO TERMO DE REFERÊNCIA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em português, exceto pelo próprio proponente, que comprovem experiência no fornecimento dos materiais objeto desse termo de referência ou contrato em nível satisfatório, com características pertinentes, similares e compatíveis com as exigidas no presente projeto, constatando que a mesma possui experiência e capacidade técnica para o fornecimento dos equipamentos supramencionados, objeto desta licitação, conforme previsão no artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.

III - Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo acima estabelecido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

IV - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

V - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos julgados cabíveis.

VI - O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar os dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos.

VII - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

#### 8.2.2. **Regularidade fiscal e trabalhista**

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VI - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VII - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VIII - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### 8.2.3. **Qualificação econômico-financeira**

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\ \text{LG} = & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ \\ & \text{ATIVO CIRCULANTE} \\ \text{LC} = & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ \\ & \text{ATIVO TOTAL} \\ \text{SG} = & \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

### 8.2.4. **Habilitação jurídica:**

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

#### **8.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

#### **8.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.
- II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas (CLIC), sito ao Setor de Administração Municipal - SAM Quadra “A” Bloco “A”, CEP 70620-000, Brasília - DF.

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as

exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.15.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou



exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Decreto nº 44.330/2023, art. 135, §3º):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (Decisão TCDF nº 2892/1019), não manter a proposta ou o lance em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.6. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital nº 44.330/2023..

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que proferir a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico

oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: [licitacoes@ssp.df.gov.br](mailto:licitacoes@ssp.df.gov.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.

12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.

12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;

12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;

12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;

12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;

12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;

12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da

disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. A Secretaria de Estado de Segurança Pública poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **[www.ssp.df.gov.br/licitacoes](http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes)**.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

ANEXO IV - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços



Documento assinado eletronicamente por **SILVÉRIO ANTONIO MOITA DE ANDRADE - Matr.1718873-3, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 27/04/2026, às 18:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **201320933** código CRC= **D64DDC7A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM CONJUNTO A BLOCO A - EDIFÍCIO SEDE - Bairro ASA NORTE - CEP 70620000 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.ssp.df.gov.br](http://www.ssp.df.gov.br)

00050-00014564/2025-18

Doc. SEI/GDF 201320933

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA

Termo de Referência 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	450107-SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	MARCELLO MACEDO DE AZEVEDO	23/04/2026 09:27 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00050-00014564/2025-18


1. Definição do objeto

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o registro de preços para aquisição de boton/pin metálico para identificação pessoal e moeda comemorativa, visando atender demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que, notadamente, possuem padrões de desempenho e de qualidade que podem ser objetivamente definidos, com base em especificações usuais no mercado.

1.3. Tabela I

ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO	UNDIDADE DE MEDIDA	QUANT.
GRUPO 1 - BOTONS E MEDALHAS				
		<b>Boton/pin:</b> Gravado no metal em alto relevo, esmaltado em baixo relevo. Fixação com pino e fecho de metal. Tamanho 25mm e espessura de 2 mm com tolerância de 10% quanto as medidas. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF. Poderá ser desenvolvida duas artes para as quantidades totais a ser estimada para os CONSEGs.		

1	17760	 <p>Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</p> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p>	UND	1.000
2	17760	<p><b>Boton/Pin:</b> Metal niquelado livre de oxidação com diâmetro de 22mm com tolerância de +/- 0,5mm e espessura de aproximadamente 2mm com tolerância de 0,2mm, peso estimado de de 3 a 5 grs com fecho tipo borboleta (clutch) em metal niquelado. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF.</p> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p> <p>Logomarca e Gravação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Posicionamento: Logomarca da SSP-DF centralizada</li> <li>· Técnica: Alto-relevo bem definido</li> <li>· Fundo: Níquel polido com detalhes em baixo relevo</li> <li>· Borda: Lisa e regular</li> </ul> <p>Estrutura: Dois círculos concêntricos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Anel externo superior: "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA"</li> <li>· Anel externo inferior: "DF"</li> </ul> <p>Cores (aplicáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Base: Esmalte nas cores oficiais da SSP-DF</li> <li>· Azul-marinho: Pantone 296 C</li> <li>· Amarelo-dourado: Pantone 108 C</li> <li>· Verde-cádmio: Pantone 356 C</li> </ul> <p>Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</p>	UND	700





**Moeda comemorativa** em latão niquelado (50mm): Cunhagem com método: 2D/2D em alto e baixo relevo. Acabamento base: Banho de níquel brilhante (mínimo 8 µm). Aplicação de cores: Esmalte sintético a fogo (≥ 160° C). Proteção: Verniz anti-UV incolor sobre toda a peça. Borda serrilhada ou lisa com elementos personalizados com Numeração sequencial (Gravação da tiragem (ex: 001/500)

Identificação local/data: "BRASÍLIA – DF – 2026" e Acabamento: Baixo relevo polido.

Especificação das faces:

ANVERSO - Brasão da SSP-DF

**Composição Heráldica:**

- Estrutura: Dois círculos concêntricos
- Anel externo superior: "GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL"
- Anel externo inferior: "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA"
- Centro: Colunata estilizada de Brasília com escudo do DF
- Escudo central: Cruz de Brasília (quatro setas douradas divergentes)
- Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior

Elementos das Corporações:

- Polícia Militar: Duas pistolas cruzadas
- Polícia Civil: Balança da justiça
- Corpo de Bombeiros: Dois machados cruzados e archote
- Detran-DF: Semáforo com faixa de pedestres

Especificação de Cores (Esmalte):

- Azul-marinho: Pantone 296 C (anel externo)
- Amarelo-dourado: Pantone 108 C (elementos dourados)
- Verde-cádmio: Pantone 356 C (escudo e elementos verdes)
- Branco: Esmalte branco puro (detalhes e contraste)

REVERSO - Brasão do Distrito Federal

Composição Heráldica:

- Formato: Escudo inspirado nos pilotis do Palácio da Alvorada
- Campo: Verde (sinople) com Cruz de Brasília
- Cruz de Brasília: Quatro flechas divergentes douradas
- Coronel: Mesa de reuniões (representando o Congresso Nacional)
- Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior

Especificação de Cores (Esmalte):

- Verde sinople: Pantone 362 C
- Dourado: Banho de ouro sobre níquel
- Detalhes: Contornos em baixo relevo polido

3

17760

UND

500

**Estojo da moeda comemorativa** em veludo azul marinho de alta qualidade Pantone 2768 C com dimensões externas de 95 mm x 95mm x 30 mm com tolerância de +/-1mm. Interior com forro em cetim branco ou veludo claro.

Acabamento e Personalização

Tampa

- Personalização: Brasão da SSP-DF gravado
- Técnica: Baixo relevo ou hot stamping dourado
- Posicionamento: Centralizado na tampa
- Qualidade: Reprodução fiel ao manual de identidade visual

Base Interna

- Cavidade: Circular 52 mm de diâmetro x 8 mm profundidade
- Proteção: Almofadado em veludo para acomodar a moeda
- Acabamento: Bordas costuradas ou coladas com alta qualidade
- Fechamento: Sistema de dobradiça resistente

Embalagem Secundária

- Proteção: Caixa de papelão rígido 350 g/m²
- Identificação: Dados do produto na embalagem externa
- Proteção interna: Espuma ou papel bolha

Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual



1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descrito neste Termo de Referência, com o Catálogo de Materiais (CATMAT) e o Catálogo de Serviços (CATSER), do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, prevalecerão as especificações constantes neste Termo de Referência. Para elaboração da proposta o participante deve se basear no descritivo contido neste documento.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 74 do Decreto distrital nº 44.330 de 16 de março de 2023, c/c Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. O prazo de vigência da contratação, se houver a formalização do termo de contrato, é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6.1. As contratações decorrentes de ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.7. O valor de referência estimado do presente Termo de Referência **não será sigiloso** e ficará disponível para todos os participantes do presente certame, bem como, para os órgãos de controle externo e interno;

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A contratação objeto do presente Termo de Referência visa proporcionar o atendimento da demanda por moedas de coleção que visa homenagear militares, autoridades e chefes de outros órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de embaixadas, representações diplomáticas e membros da sociedade civil, quando visitados ou recebidos pela SSPDF, funcionando como símbolos de apreço e cordialidade institucional, bem como em solenidades e eventos institucionais. As moedas também têm a finalidade de fortalecer o nome da Secretaria de Estado de Segurança Pública perante a sociedade do Distrito Federal, criando vínculos de confiança e respeito com públicos interno e externo, aproximando todos do que é preconizado no Art. 144 da Constituição Federal, que define a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos.

2.2. A demanda por bottons de identificação pessoal destina-se à identificação de servidores ocupantes de cargos comissionados, visando melhorar a identificação em eventos e solenidades, além de reforçar a segurança orgânica institucional e também para identificar e também reforçar o sentimento de pertencimento e participação da sociedade em eventos dos Conselhos Comunitários de Segurança.

2.3. Portanto, as demandas identificadas referem-se à necessidade de disponibilização de itens de identificação e objetos comemorativos de pequeno porte, de natureza metálica, destinados à execução de eventos, identificação institucional e ações que promovam o reconhecimento, pertencimento e memória organizacional. Tais itens se mostram relevantes tanto para a operacionalização dos eventos institucionais quanto para a promoção do engajamento e valorização dos participantes, alinhando-se plenamente ao interesse público, aos objetivos institucionais e à missão da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

2.2. Os quantitativos foram levantados pelas respectivas secretarias com base nas necessidades atuais e também em razão do número de servidores efetivos, bem como das futuras homenagens e premiações previstas para o ano de 2026.

2.3. As finalidades estão devidamente detalhadas nas justificativas para requisição de material que foram encaminhadas pelas Unidades solicitantes e constam do processo de contratação.

2.3.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de contratação anual de 2026, conforme consta das informações básicas abaixo:

ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU PRODUTO	CÓDIGOS ID's GERADOS NO PCA
1	Boton/pin CONSEG	38034
2	Boton/Pin SUEGEP	42112
3	Moeda SUEGEP	42115

**Justificativa do tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**

2.4. A Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: “para toda regra existe uma exceção”. Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts.47 e 48 quando:

... "b) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,"...

2.4.1. O objetivo principal em não adotar o tratamento preferencial é o de possibilitar uma padronização dos fornecedores e do serviços de fabricação, o que facilitaria a manutenção da estética funcional, exigindo padronização de materiais, processos produtivos, acabamento, cores, gravações, dimensões e controle de qualidade.

2.4.2. Além disso, considerando que o estabelecimento de cota reservada causará prejuízo para o conjunto do objeto deste certame, constantes da tabela I, do item 1.3 deste Termo de Referência, pois, a implementação de conta reservada poderá afetar a padronização e uniformidade na aquisição em análise, pode ainda, aumentar os custos administrativos e o tempo necessário para conduzir o pregão. Além disso, sem cotas reservadas, a administração pública pode negociar diretamente com os fornecedores, obtendo condições mais vantajosas em termos de preço, prazo e qualidade. Por isso, não será estabelecida cota reservada na presente demanda para as entidades preferenciais (microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais), conforme estabelecido no art. 8º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, *in verbis*:

*Art. 8º Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.*

2.4.3. Assim, o simples exame do Termo de Referência é suficiente para concluirmos que, em função da necessidade e compatibilidade entre os objetos da licitação em tela, torna-se inviável a reserva de cota para as ME/EPP, sob pena de tal ação resultar em prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

2.4.4. Sendo assim, a disputa será aberta à ampla participação, com respaldo no que dispõe o art. 49, III, do Estatuto da ME/EPP. Em face disso, aplica-se somente a preferência a micros e pequenas empresas no caso de ocorrência de empate ficto, nos termos do que dispõem os arts. 44 e 45 do aludido diploma.

**Justificativa da restrição de participação de empresas consorciadas, da subcontratação e de pessoas físicas não empresárias.**

2.5. **Não será permitida a participação de empresas consorciadas e a subcontratação**, uma vez que não há complexidade para a execução dos serviços objeto do certame em tela, o qual se resume em bens e serviços comuns, que justificaria a permissão de empresas participarem em consórcio ou a subcontratação de parcelas não relevantes do objeto, o que justifica tal impedimento visto que a amplitude do objeto almejado ou a diversidade de elementos que o compõem não evidenciam dificuldade de o objeto ser implementado por uma empresa;

2.6. **Não é possível a participação de pessoas físicas não empresárias** neste certame, uma vez que não possuem os requisitos mínimos indispensáveis para a execução do serviço, não havendo como verificar a documentação de habilitação jurídica, fiscal e qualificação técnica, entre outras, por não possuírem tais documentos.

**Justificativa do agrupamento dos itens**

2.7. O art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o parcelamento do objeto deve ser adotado como regra, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade. Entretanto, o mesmo dispositivo legal

admite exceção quando o parcelamento não se mostrar adequado sob os aspectos técnico, operacional ou econômico, desde que tal decisão seja devidamente justificada.

2.8. No presente caso, o objeto consiste na aquisição de botons/pins para identificação pessoal e medalhas comemorativas, os quais, embora representem itens distintos, apresentam elevada interdependência técnica, estética e funcional, exigindo padronização de materiais, processos produtivos, acabamento, cores, gravações, dimensões e controle de qualidade.

2.9. A eventual contratação de fornecedores distintos para cada item poderia comprometer a uniformidade visual e qualitativa dos produtos, gerar diferenças de acabamento e materiais, dificultar a fiscalização contratual e aumentar o risco de inconformidades e atrasos na execução. Ademais, a fragmentação do objeto implicaria maior complexidade administrativa, com a gestão de múltiplos contratos, o que não se mostra eficiente nem vantajoso para a Administração.

2.10. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007, "in verbis":

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (grifo nosso)*

2.11. Dessa forma, considerando, a necessidade de padronização visual e qualitativa dos botons/pins e medalhas, a conveniência de concentrar a responsabilidade da execução em um único fornecedor, a busca pela eficiência administrativa, pela redução de riscos e pela economicidade, e o entendimento consolidado do TCU acerca da matéria, conclui-se que o não parcelamento da solução, com a contratação de uma única empresa para o fornecimento de todos os itens, é tecnicamente adequado, juridicamente amparado e alinhado ao interesse público, mostrando-se a alternativa mais eficiente para atender à necessidade administrativa identificada neste Estudo Técnico Preliminar.

#### **Justificativa da Classificação como Bem Comum e da modalidade de licitação.**

2.12. Por tratar-se de bens de complexidade baixa, que pode ser operacionalizado por técnicas de amplo conhecimento do mercado, o bem almejado pode ser enquadrado como comum, a exemplo do que se verifica em outras aquisições similares, inclusive desta Secretaria, portanto a seleção neste certame também poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade de Pregão na forma Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, recepcionada no âmbito do Distrito Federal por meio do Decreto Distrital nº 44.330/2023;

2.13. Sendo assim, a modalidade de pregão eletrônico poderá propiciar uma aquisição adequada ao atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que será possível comparar objetivamente as especificações das propostas que serão apresentadas com as especificações contidas neste Termo de Referência, é, após tal cotejo, e tendo como critério de julgamento o menor preço, não haverá comprometimento da qualidade mínima desejada, visto que as propostas que não possuírem especificações de acordo com o Edital serão desclassificadas, sendo mantidas apenas as que possuírem;

2.14. Diante das especificações contidas na Tabela I do subitem 1.3 deste Termo de Referência, é possível observar que o bem almejado possui padrão de qualidade objetivamente definido, mediante especificações usuais adotadas no mercado, de forma a permitir aos potenciais fornecedores do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação condições de ofertarem suas propostas, sendo possível a comparação objetiva das mesmas tendo como critério de julgamento o menor preço sem comprometimento da qualidade desejada, a exemplo das propostas que foram levantadas para balizamento de preços, logo vislumbra-se para o presente certame a obediência ao disposto no art. 6º, inciso XLI da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo o objeto da licitação ser considerado bem comum, sendo portanto, aplicável a modalidade pregão em sua forma eletrônica.

2.15. Destarte, os produtos a serem adquiridos não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme inciso I do artigo 74, do Decreto distrital nº 44.330/2023, sendo caracterizados na classificação de bens comuns, nos termos do inciso II do artigo 74 do mesmo Decreto distrital nº 44.330/2023 e em consonância com o artigo 6º, inciso XIII, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, posto que se constituem em produtos disponíveis no mercado, com especificações usuais e padronizáveis por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns.

#### **Justificativa do Sistema de Registro de Preços**

2.16. Para a presente aquisição será processada por meio do Sistema de Registro de Preços devido à conveniência da Administração em realizar aquisição de forma parcelada sem perder economia de escala. Existe a demanda para fornecimento dos pretensos objetos, não podendo estabelecer a periodicidade, evitando que o processo aquisitivo torne menos oneroso para Administração Pública, fazendo as aquisições nos momentos necessários.

2.17. Assim, estas aquisições serão realizadas por meio do Sistema de Registro de Preços, visto que há a necessidade de aquisições parceladas, o que impossibilita prever os quantitativos a serem disponibilizados e seus respectivos períodos para esta Secretaria, pois enquadra-se no disposto nos incisos I e II do art. 190, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, assim vejamos:

Art. 190. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou tarefa;

### **Justificativa da não participação de cooperativas de mão de obra**

2.18. Não será permitida a participação de sociedade cooperativa tendo uma vez que a contratação não adere aos princípios básicos do cooperativismo.

2.18.1. Conforme disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, a participação de cooperativas em licitações deve observar requisitos específicos que, no caso dos serviços gráficos, não são atendidos pela forma como esses serviços precisam ser executados para garantir a eficiência e a qualidade esperadas. Assim, visando garantir a adequação ao marco legal e assegurar a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços, a participação de sociedades cooperativas está vedada neste processo licitatório:

Art. 16. Os pro fissionais organizado s sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764 , de 16 de dezembro de 1971 , a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre o s cooperados;

III - qualquer cooperado , com igual qualificação , for capaz de executar o objeto contratado , vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação .

2.19. Justifica-se a vedação da participação de sociedades cooperativas na presente aquisição, tendo em vista que a natureza desses objetos não se alinha aos princípios fundamentais do cooperativismo, que se fundamenta na autonomia, na gestão democrática e na participação econômica equitativa de seus membros.

2.20. Não poderão participar do procedimento licitatório interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a SSPDF.

## **3. Descrição da solução**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnico Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, bem como na Tabela I do subitem 1.3. deste TR.

## **4. Requisitos da contratação**

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. as quantidades e unidades de medida para a aquisição do objeto estão descritas na tabela I do item 1.3 deste Termo de Referência;

4.1.2. os critérios de qualificação a serem atendidos pelo fornecedor serão os constantes no instrumento convocatório;

4.1.3. trata-se de aquisição via Sistema de Registro de Preços- SRP por meio do Pregão Eletrônico, portanto a aquisição se dará de forma parcelada, conforme definido neste Termo de Referência

4.2. A proposta comercial da empresa deve ser identificada com a razão social e encaminhada, preferencialmente, em documento timbrado da futura contratada, contendo os seguintes itens:

- 4.2.1. nome do representante legal da empresa;
  - 4.2.2. especificação do objeto;
  - 4.2.3. valor total da proposta, em moeda nacional, em algarismo e por extenso;
  - 4.2.4. prazo de vencimento da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
  - 4.2.5. dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do banco;
  - 4.2.6. CNPJ, telefone, endereço e e-mail.
  - 4.2.7. Deverá, ainda, apresentar o seguinte documento:
    - 4.2.7.1. declaração de que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto ora licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente.
- 4.3. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos.
- 4.3.1. Deverão ser apresentados, juntamente com a proposta de preços, catálogos de cada produto ofertado, em língua portuguesa e com imagem dos objetos, com nível de informação suficiente para avaliação do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, demonstrando a adequação da linha de produtos da licitante às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência.
- 4.4. A oferta deverá ser precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 4.5. A presente aquisição não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.6. As despesas com mão de obra, peças, materiais, instalação e transporte dos itens desta contratação são de responsabilidade da empresa contratada, não transferindo quaisquer ônus provenientes desses custos à Contratante.
- 4.7. Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.
- 4.8. A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única, nos endereços especificados no instrumento convocatório;
- 4.9. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- 4.10. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

## **Sustentabilidade**

- 4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.11.1. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
  - 4.11.2. Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - 4.11.3. Descartar no lixo apropriado o material reciclável que for utilizado para acondicionamento e transporte de bens e que não for passível de reaproveitamento, tais como caixas de papelão, plástico polibolha, papel seda, papelão ondulado, engradados em madeira, sacos plásticos, etc
  - 4.11.4. Observância da Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.
  - 4.11.5. Cumprir as legislações ambientais vigentes, considerando que o processo de fabricação dos objetos podem envolver o uso de produtos químicos, metais e geração de resíduos. Destacando-se como normativos aplicáveis: Lei nº 6.938/1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecendo princípios para a preservação e controle da poluição, Lei nº 10.357/2001, regula o controle e a fiscalização de produtos químicos que possam ser usados na fabricação de substâncias ilícitas, incluindo aqueles com potencial poluidor e resolução CONAMA Nº 237/1997, estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente.

4.11.6. Juntamente com a proposta de preços a empresa ganhadora deverá apresentar o Cadastro Técnico Federal (CTF/APP), nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, obrigatório para atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais. Tal documento comprova a regularidade da empresa junto ao IBAMA, sendo especialmente relevante em licitações públicas que envolvam impacto ambiental.

**Garantia da contratação**

4.12. No presente processo verifica-se que os bens terão entrega imediata, sem exigências futuras de assistência técnica, além do qual, o fabricante está legalmente obrigado a cumprir, não havendo a necessidade da exigência de apresentação de garantia contratual, uma vez que as sanções estabelecidas no Decreto distrital nº 44.330/2023, e na Lei Federal nº 14.133/21 serão suficientes para coibir possíveis rompimentos ao que foi pactuado.

**Das amostras**

4.13. A CONTRATANTE solicitará à empresa classificada em primeiro lugar 01 (uma) amostra de cada item especificado no Grupo I, para comprovação das especificações técnicas mínimas solicitadas neste Termo de Referência.

4.14. As amostras deverão ser entregues no seguinte endereço: **Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF**, situado no SAM, Bloco A, Edifício Sede, Térreo, Asa Norte, Brasília-DF CEP: 70.620-000, aos cuidados da Gerência de Instrução Processual - GEIP, no período das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira. O prazo limite de 10 (DEZ) dias úteis após a convocação do pregoeiro, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.15. O prazo estabelecido pelo pregoeiro refere-se à entrega do produto no edifício sede da SSPDF e não a data de despacho/postagem.

4.16. Não será analisada amostra entregue após a data estabelecida pelo pregoeiro.

4.17. O ônus da apresentação da amostra é de responsabilidade da Licitante.

4.18. A amostra deverá ser apresentada devidamente identificada com o nome da licitante, número do respectivo item do processo licitatório, número do Pregão, e ainda, acompanhada dos respectivos documentos/prospectos do produto.

4.19. A área técnica avaliará a(s) amostra(s) com vistas a verificar a conformidade do(s) bem(ns) com as descrições constantes do item 3, descrição da solução como um todo e ANEXOS deste Termo de Referência.

4.19.1. A amostra entregue será avaliado pela Comissão de Boton/Medalhas da SSP/DF em cada item que compõe o grupo, quanto a sua conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo e formulará parecer em relação a amostra apresentada. No caso da não aprovação da amostra na primeira análise, será indicada, por meio de parecer, os ajustes a serem efetuados pelo fornecedor, que terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para apresentação de nova amostra, já com as devidas correções

4.20. A decisão de rejeição ou aprovação da amostra será formalizada por meio de despacho fundamentado.

4.21. A amostra entregue pela proponente vencedora permanecerá com a Fiscalização para comparação quando do recebimento dos demais produtos e poderá ser devolvida à empresa contratada após o recebimento definitivo do objeto, ou contabilizada no total entregue.

4.22. A partir da data em que for homologado o processo licitatório, a amostra recusada estará à disposição das licitantes, que deverão retirá-la na SLIC/CLIC/SUAG no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.23. A não retirada da amostra até o término dos prazos fixados será considerada abandono do material e a Administração poderá dar-lhe a destinação que julgar conveniente.

4.24. A responsabilidade do órgão licitante por eventuais danos as amostras limitar-se-á ao período compreendido entre a entrega /recebimento e o último dia fixado para sua retirada.

4.25. Após análise das amostras os resultados serão divulgados por meio de mensagem no sistema comprasnet.

4.26. Com base nas especificações dos produtos, será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios técnicos:

CRITÉRIOS
Material utilizado
Acabamento
Resistência do material
Cor
Aparência



4.27. A análise será realizada por comissão técnica, formada por 3 (três) membros designados pela SSPDF

4.28. Na inspeção metrológica, não será admitida tolerância dimensional, devendo as amostras estar em conformidade com as especificações do objeto, previstas neste Termo de Referência.

4.29. Para ser convocado para o envio da amostra, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá apresentar, para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021, os seguintes documentos, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981, da Lei 10.357, de 2001, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e da Resolução CONAMA nº 237/1997:

4.29.1. Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CFT/APP), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido;

4.29.2. Licença ambiental válida – Licença de Operação (LO), emitida em nome do fabricante do produto;

4.29.3. Certificado de Licença de Funcionamento (CLF), emitido pela Polícia Federal. A empresa que não atender o disposto acima, será desclassificada do certame.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do envio da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato, pela SSP/DF, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Anexo I da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, situado no Setor de Garagens Oficiais Norte - SGON, Quadra 05, Lote 23/795, Asa Norte, Brasília /DF CEP: 70.610- 650**, aos cuidados da Gerência de Suprimentos - GESUP, no período das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira.

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. A entrega dos bens será acompanhada e fiscalizada por Comissão executora, especialmente designada para esta finalidade pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, permitida a assistência de terceiros, tudo em conformidade com a Portaria nº 119/2019 - SSP/DF, que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

6.2. Os membros da Comissão exercerão a função de representantes da Administração, designados para o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, bem como para dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do mesmo e que de tudo darão ciência à Administração, conforme prevê o artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O Presidente da Comissão exercerá a função de Preposto da SSP/DF e somente poderá ser substituído por servidor com experiência necessária para presidir o acompanhamento e o controle da gestão da ata, ou a execução do contrato.

6.4. A Comissão, durante seu mister, deverá agir de forma proativa e preventiva, observando o cumprimento pela CONTRATADA das regras previstas no instrumento contratual, ou documento equivalente, buscando os resultados esperados no ajuste e trazer benefícios e economia para a SSP/DF, devendo cumprir integralmente a Portaria nº 119 /SSP, que estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela SSP/DF.

6.5. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará na aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos art. 137 e 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.12. A Comissão acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.13. A Comissão anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.14. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a Comissão emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. Os membros da Comissão informarão ao Presidente da Comissão, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o membro que tomar conhecimento comunicará o fato imediatamente ao Presidente da Comissão.

6.17. O Presidente da Comissão adotará as medidas necessárias, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.18. A Comissão verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Presidente da Comissão para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. O Presidente da Comissão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. O Presidente da Comissão acompanhará os registros realizados de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. O Presidente da Comissão acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.23. O Presidente da Comissão emitirá documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24. O Presidente da Comissão tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.25. O Presidente da Comissão deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **Do Contrato**

6.26. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizada pela SSP/DF por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

6.26.1. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho de despesa, por se tratar de entrega imediata, sem obrigação futura, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e art. 210 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

6.26.2. No caso de formalização de instrumento contratual, o prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.26.3. É devido o reajustamento do instrumento contratual nos casos previstos no § 3º do Art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.26.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, se for o caso, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do §1º, do art. 106, da Lei Federal 14.133, de 2021.

6.26.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **Da vigência da Ata de Registro de Preços**

6.27. A Ata de Registro de Preços decorrente do certame licitatório terá validade de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, consoante o artigo 84 da Lei nº 14.133.

6.28. O instrumento de contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133, de 2021 e do § 1º. do art 198. do Decreto Distrital 44.330, de 2023.

### **Da não divulgação da intenção de registro de preço**

6.29. Tendo em vista a especificidade do objeto a ser registrado, com o logotipo e identificação próprias da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), não será permitida a participação de outros órgãos da Administração Pública. O objeto pretendido é inequivocamente exclusivo da SSP-DF, não há que se falar em interesse de outros órgãos ou mesmo em economia de escala. Fatalmente a participação de outros setores acabará prejudicando o andamento da futura licitação.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Recebimento do Objeto**

### **Provisório**

7.1. O recebimento provisório dar-se-á, nos termos do artigo 140, inciso II, alínea "a" da Lei 14.133/2021, no ato da entrega, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.2. O recebimento provisório dar-se-á pela emissão da Nota de Recebimento Provisório e ocorrerá desde que os produtos estejam em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos.

7.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações técnicas e os demais itens deste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/substituídos no prazo fixado pela Comissão de Recebimento e Inspeção, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.4. O ato de recebimento provisório não importará em aceitação do objeto em desacordo com as especificações técnicas.

#### **Definitivo**

7.5. O recebimento definitivo dar-se-á em conformidade com o artigo 140, inciso II, alínea "b", da lei 14.133/2021, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento definitivo dar-se-á pela emissão da Nota de Recebimento Definitivo e ocorrerá desde que os produtos estejam em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos.

#### **Pagamento**

7.8. Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada.

7.9. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

7.9.1 Regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021; e

7.9.2. Regularidade trabalhista, constatada através da emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.10. O setor competente, para proceder ao pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. Prazo de validade;

7.10.2. Data de emissão;

7.10.3. Dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

7.10.4. Período de prestação dos serviços (quando couber);

7.10.5. Valor a pagar; e

7.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento.

7.12. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA.

7.13. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou quando existir qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7.14. A critério da CONTRATANTE, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da CONTRATADA relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência de irregular execução contratual.

7.15. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

7.15.1. Excluem-se das disposições do subitem 7.15:

- I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Forma de fornecimento

8.2.O fornecimento dos objetos será por meio do Sistema de Registro de Preços, visto que há a necessidade de aquisições parceladas.

### Qualificação Técnica

- 8.3. Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, onde a somatória deverá ter no mínimo de 30% de fornecimento do objeto, referente ao GRUPO 1, DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em português, exceto pelo próprio proponente, que comprovem experiência no fornecimento dos materiais objeto desse termo de referência ou contrato em nível satisfatório, com características pertinentes, similares e compatíveis com as exigidas no presente projeto, constatando que a mesma possui experiência e capacidade técnica para o fornecimento dos equipamentos supramencionados, objeto desta licitação, conforme previsão no artigo 67, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 8.4. Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo acima estabelecido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos julgados cabíveis.
- 8.7. O atestado deverá ser em língua portuguesa do Brasil, onde deverá indicar os dados da entidade emissora e dos signatários do documento, além da descrição do objeto, quantidades e prazos.
- 8.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 120.022,00

- 9.1. A estimativa do valor da contratação foi obtida com a aplicação do Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- 9.2. Resumidamente, podemos destacar abaixo:

Planilhas estimativa de preços (resumida)

ITENS	CÓDIGO CATMAT /SER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNIT DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA
1	17760	Boton/pin CONSEG	UND	1000	R\$ 17,66	R\$ 17.660,00

2	17760	Boton/pin SSP/DF	UND	700	R\$ 17,66	R\$ 12.362,00
3	17760	Moeda comemorativa	UND	500	R\$ 180,00	R\$ 90.000,00
Valor total estimado do grupo 1						R\$ 120.022,00

9.3. O custo estimado total da contratação é de **VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 120.022,00 (cento e vinte mil vinte e dois reais)**, conforme Pesquisa de Preços SEI-GDF nº 191282978apurada mediante pesquisa de preços públicos e propostas comerciais;

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal, para o exercício de 2026, a cargo da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

## 11. Obrigações da Contratante

11.1. Indicar os membros da Comissão de Recebimento e Inspeção e/ou o executor interno do Contrato, conforme art. 117 da Lei 14.133 /2021 e Decreto nº 32.598, de 15/12/2010, art. 41, inciso II e § 3º, o qual se incumbirá das atribuições contidas no § 1º e 2º, assegurado o devido assessoramento jurídico previsto pelo § 3º, todos do artigo117 da Lei nº 14.133/2021, bem como do Decreto nº 32.598/10 - Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e Portaria SSP/DF nº 119/2019 - Estabelece diretrizes para a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, convênios, acordos e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, e dá outras providências.

11.2. Acompanhar e fiscalizar o recebimento e atestar o padrão de qualidade, de acordo com as características constantes neste Termo de Referência, por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

11.3. Manter contato telefônico (celular e fixo) e via e-mail com a CONTRATADA, para prestar as informações, os esclarecimentos e dirimir as dúvidas que, porventura, surjam durante execução do contrato.

11.4. Notificar a empresa, por escrito, sobre as imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos produtos/serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a sua correção.

11.5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA na proposta e demais condições previstas no contrato e neste Termo de Referência.

11.6. Efetuar os pagamentos das notas fiscais/faturas à CONTRATADA, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme estipulado neste instrumento e no edital do certame.

11.7. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

11.8. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Termo de Referência, garantida a prévia defesa.

11.9. Solicitar, por escrito, durante o período de execução do contrato, a substituição dos itens que não estiverem de acordo com a proposta.

11.10. Quando da formalização das contratações de valor global igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o órgão contratante deverá exigir a implementação do Programa de Integridade das Empresas a serem contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do Disposto no Art. 15 da Lei nº 6.112/2018

## 12. Obrigações da Contratada

12.1. Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto(s) responsável(eis) pelo atendimento à CONTRATANTE, devidamente capacitado(s) e que tenha(m) poder(es) para decidir e solucionar questões pertinentes ao objeto do contrato.

12.2. Manter seu representante em contato direto e constante com a CONTRATANTE, durante a execução do contrato, para prestar todos os esclarecimentos solicitados relativos aos produtos, providenciando toda e qualquer solicitação de troca, com vistas ao atendimento de suas garantias.

12.3. Manter atualizados seus dados bancários para efetivação de pagamentos, bem como endereço, telefone(s) e correio eletrônico para contato com o responsável da empresa ou preposto designado para receber comunicação de ocorrências relacionadas com a execução do objeto da contratação.

12.4. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, em especial no tocante à revalidação da licença de funcionamento correspondente ao exercício vigente, além do envio de certidão negativa de débitos junto ao FGTS e ao INSS, conforme prevê o inciso XVI, do artigo 92, c/c artigo 121, da Lei 14.133/2021.

12.5. Assumir todos os custos, gastos e despesas que se fizerem necessárias para o adimplemento das obrigações assumidas decorrentes deste Termo de Referência e demais instrumentos, tais como: impostos, taxas e demais tributos incidentes, nos termos da legislação vigente; frete, transporte, pessoal, despacho, entrega de materiais, instalação (quando for o caso), bem como ferramentas, peças e insumos necessários à instalação, às suas expensas e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

12.6. Responsabilizar-se inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, sociais, comerciais, de acidentes de trabalho, taxas, seguros e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado e/ou resultantes da execução do contrato, inclusive com pessoal utilizado na execução do objeto, que não terão qualquer vínculo empregatício, nem ônus, para com a CONTRATANTE.

12.7. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

12.8. Responder objetivamente pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, seja por vício de fabricação, ou por ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da CONTRATADA, ou de quem em seu nome venha a agir na execução do contrato, em razão de acidentes ou decorrentes do fornecimento de materiais em desacordo com este Termo de Referência, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização que compete à CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.9. A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes.

12.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, ou preposto, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhe assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

12.11. Indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos diretamente causados por profissional a seu serviço, ficando a CONTRATANTE, desde já, autorizada a descontar o valor correspondente da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

12.12. Consultar o Executor do Contrato ou seu Substituto, sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativos ao objeto da contratação, submetendo-lhe, em tempo hábil, quaisquer questões que possam implicar alteração das especificações.

12.13. Acatar integralmente as exigências da CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado.

12.14. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e uso dos objetos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

12.15. Permitir à CONTRATANTE a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às suas dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom atendimento do contrato.

12.16. Manter sigilo sobre o contrato, sendo vedada a utilização, sob qualquer pretexto, da imagem ou nome da CONTRATANTE sem o seu consentimento expresso.

12.17. É de responsabilidade da CONTRATADA o sigilo de imagem, sendo vedada a divulgação, em qualquer rede social, particular ou não, de qualquer imagem do veículo sem a devida autorização da CONTRATANTE.

12.18. Quando for o caso, comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

12.19. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

12.20. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado, para aquisição dos produtos ou na prestação dos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/2021.

12.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.22. A CONTRATADA fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, que proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

12.23. Não transferir, no todo ou em parte, a responsabilidade pela execução do contrato a ser firmado, seja a pessoa física ou jurídica, exceto por expressa autorização da CONTRATANTE.

12.24. Devem ser observadas as normas distritais que instituem vedações de contratação, em especial o Decreto nº 32.751/2011 (art. 3º, §2º), que veda o nepotismo, e o Decreto nº 39.860/2019.

12.25. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à CONTRATADA, além das obrigações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, submeter-se àquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e distrital sobre licitações, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento de quaisquer de suas obrigações

## 13. Penalidades

13.1. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, ficam sujeitas às sanções estabelecidas nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações subsequentes, do Edital e seus anexos.

13.2. As licitantes e/ou contratadas deverão cumprir as determinações do DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019, que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, sob pena de responsabilização nos âmbitos administrativo e judicial

## 14. Disposições finais

14.1. Eventuais esclarecimentos a respeito das especificações dos objetos poderão ser solicitados na fase de pedidos de esclarecimentos, quando da abertura do certame.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho (186199791)

**MAURICIO FIGUEIREDO DA SILVA JUNIOR**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 17:22:37.*

Despacho: Despacho (176036236)



**ARMANDO PEREIRA DE ALMEIDA NETO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:27:59.*

Despacho: Despacho (176036236)

**MARCELLO MACEDO DE AZEVEDO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 13:34:12.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - modelo de proposta (corrigido).pdf (140.42 KB)

## ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

(em papel timbrado da empresa)

**À Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal**

**SAM - Conjunto A, Bloco A - Edifício Sede da SSP/DF - Asa Norte - CEP:  
70.620-000 - Brasília/DF**

Local e data

Referência: Edital do Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/2026 – SSPDF .

Sr. Pregoeiro,

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), \_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinada, propõe à SSP/DF, o fornecimento dos materiais abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

ITENS	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Boton/pin CONSEG	UND	1000		
2	Boton/pin SSP/DF	UND	700		
3	Moeda comemorativa	UND	500		

Valor total da proposta R\$ \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;

- Prazo de entrega dos materiais: 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho;

- O prazo de garantia contra defeitos de fabricação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

- A entrega dos materiais será feita no local determinado pela SSPDF, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE;

- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 90 dias);

- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

---

Nome, Cargo e Identidade do Representante da Empresa

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA

**Estudo Técnico Preliminar 99/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 00050-00014564/2025-18

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) compete propor e implementar a política de segurança pública fixada pelo governador do DF, objetivando a racionalização dos meios e a eficácia do Sistema de Segurança Pública do DF. Para isso, planeja, coordena e supervisiona o emprego operacional da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e do Departamento de Trânsito, sem interferir na autonomia funcional, administrativa e financeira dessas instituições.

2.2. Além do papel de articuladora dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do DF, a SSP/DF também trabalha junto aos demais setores do governo do Distrito Federal e à sociedade civil para colocar em prática ações de enfrentamento ao crime e à violência por meio de ações preventivas e de participação comunitária, bem como de repressão qualificada, visando a proteção social e a melhoria da qualidade de vida da população.

2.3. Para desenvolver essas políticas de segurança pública, bem como, desenvolver articulações de enfrentamento a violência junto a sociedade são necessárias diversas ações diretas das forças de segurança pública dos órgãos de segurança pública, demais órgãos vinculados e e autoridades envolvidas.

2.4. Destaca-se ainda que os Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs) são canais de participação popular que tratam de assuntos ligados à Segurança Pública. São de caráter consultivo e deliberativo, sem fins lucrativos e de cooperação voluntária, e atuam como espaços para discussão e análise de problemas que impactam a Sociedade brasileira. Também auxiliam os órgãos de Segurança Pública no monitoramento, na avaliação e na gestão dos resultados alcançados. Portanto, os Consegs ajudam a integrar as comunidades locais aos órgãos por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF). As demandas de cada Região Administrativa são encaminhadas às autoridades governamentais do poder público do Distrito Federal.

2.5. Cabe à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal promover a articulação e integração de ações a partir do sistema de Segurança Pública do Distrito Federal que é composto pela Polícia Militar do Distrito Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Departamento de Trânsito do Distrito Federal com público-alvo da demanda composto por aproximadamente 25.000 servidores da segurança pública que atuam na Capital Federal.

2.6. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal participa rotineiramente de atos de representação política, institucional e social, envolvendo representações diplomáticas, secretarias de segurança de outros Estados, comunidade em geral, secretarias do GDF, ministérios do Governo Federal, entre outros. Os materiais demandados também serão utilizados nesses atos regimentais, reforçando a imagem institucional e a integração com diferentes públicos.

2.7. Assim, a demanda por moedas de coleção visa homenagear militares, autoridades e chefes de outros órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de embaixadas, representações diplomáticas e membros da sociedade civil, quando visitados ou recebidos pela SSPDF, funcionando como símbolos de apreço e cordialidade institucional, bem como em solenidades e eventos institucionais. As moedas também têm a finalidade de fortalecer o nome da Secretaria de Estado de Segurança Pública perante a sociedade do Distrito Federal, criando vínculos de confiança e respeito com públicos interno e externo, aproximando todos do que é preconizado no Art. 144 da Constituição Federal, que define a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos.

2.8. A demanda por bottons de identificação pessoal destina-se à identificação de servidores ocupantes de cargos comissionados, visando melhorar a identificação em eventos e solenidades, além de reforçar a segurança orgânica institucional e também para identificar e também reforçar o sentimento de pertencimento e participação da sociedade em eventos dos Conselhos Comunitários de Segurança.

2.9. Portanto, as demandas identificadas referem-se à necessidade de disponibilização de itens de identificação e objetos comemorativos de pequeno porte, de natureza metálica, destinados à execução de eventos, identificação institucional e ações que promovam o reconhecimento, pertencimento e memória organizacional. Tais itens se mostram relevantes tanto para a operacionalização dos eventos institucionais quanto para a promoção do engajamento e valorização dos participantes, alinhando-se plenamente ao interesse público, aos objetivos institucionais e à missão da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Subsecretaria dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública	Maurício Figueiredo da Silva Júnior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Para garantir o atendimento adequado da necessidade especificada, é imprescindível observar requisitos que assegurem tanto a identificação clara e padronizada dos participantes em eventos institucionais quanto a disponibilização de itens comemorativos e simbólicos, considerando o público-alvo composto por servidores da segurança pública e outros públicos estratégicos da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSPDF). Os itens requeridos, como bottons de identificação e moedas de coleção, devem ser produzidos em material metálico de qualidade compatível com as finalidades institucionais, assegurando durabilidade, acabamento compatível com o emprego em atividades oficiais e solenidades, e a fiel representação dos elementos de comunicação visual institucional, como brasão, nome e/ou logomarca da SSPDF, respeitadas as diretrizes de identidade visual da instituição.
- 4.2. No caso dos bottons de identificação, é essencial que apresentem dimensões e formato compatíveis para uso em solenidades, eventos e atividades oficiais, proporcionando adequada visualização dos elementos identificadores e fácil fixação ao vestuário por meio de fecho seguro e apropriado, de modo a garantir conforto, segurança, acessibilidade aos usuários e identificação temática com a política pública em voga. O design deve preservar a sobriedade, alinhado aos padrões institucionais da SSPDF. Para as moedas comemorativas, são necessários requisitos como diâmetro, espessura e material que garantam robustez e presença visual em ambas as faces assegurando representatividade e valor simbólico.
- 4.3. Os materiais demandados devem observar normas técnicas pertinentes, incluindo padrões de comunicação visual do Governo do Distrito Federal, além de requisitos de segurança, ergonomia e acessibilidade previstos na legislação aplicável.
- 4.4. Os objetos devem ainda estar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 10.940/2022, que estabelece o Plano Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), promovendo a redução de impactos ambientais, a utilização consciente de recursos naturais e a correta destinação final de resíduos.
- 4.5. Sob o prisma das práticas de sustentabilidade, é relevante priorizar requisitos que permitam a consideração de processos produtivos e fornecedores comprometidos com o respeito aos direitos trabalhistas e à inclusão social, incentivando a geração de emprego e renda local, a promoção da igualdade de oportunidades.
- 4.6. Por fim, o atendimento adequado da demanda depende da observância aos normativos específicos que disciplinam o uso de símbolos e insígnias oficiais, o respeito às diretrizes de padronização visual governamental e o alinhamento dos materiais aos princípios de economicidade, eficiência, isonomia e sustentabilidade ambiental, social e econômica, conforme exigem as legislações federais e distritais atualmente em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.305/2010 e os normativos de identidade visual do GDF.
- 4.7. A execução dos requisitos aqui apresentados garantirá o atendimento à necessidade institucional, promovendo a segurança, o reconhecimento, a valorização dos servidores e a memória organizacional da SSPDF, fortalecendo sua imagem e atuação junto à sociedade e aos públicos estratégicos.
- 4.8. Assim foi construída as seguintes descrições dos itens para atender as necessidades institucionais:

Item	Especificação	Unidade de medida
	<b>Boton/pin:</b> Gravado no metal em alto relevo, esmaltado em baixo relevo. Fixação com pino e fecho de metal. Tamanho 25mm e espessura de 2 mm com tolerância de 10% quanto as medidas. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF. Poderá ser desenvolvida duas artes para as quantidades totais a ser estimada para os CONSEGs.	

1	<div data-bbox="590 56 941 436" data-label="Image"> </div> <p>Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</p> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p>	Unitário
2	<p><b>Boton/Pin:</b> Metal niquelado livre de oxidação com diâmetro de 22mm com tolerância de +/- 0,5mm e espessura de aproximadamente 2mm com tolerância de 0,2mm, peso estimado de de 3 a 5 grs com fecho tipo borboleta (clutch) em metal niquelado. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF.</p> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p> <p>Logomarca e Gravação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Posicionamento: Logomarca da SSP-DF centralizada</li> <li>· Técnica: Alto-relevo bem definido</li> <li>· Fundo: Níquel polido com detalhes em baixo relevo</li> <li>· Borda: Lisa e regular</li> <li>· Legibilidade: Texto "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DF" legível</li> </ul> <p>Cores (aplicáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Base: Esmalte nas cores oficiais da SSP-DF</li> <li>· Azul-marinho: Pantone 296 C</li> <li>· Amarelo-dourado: Pantone 108 C</li> <li>· Verde-cádmio: Pantone 356 C</li> <li>· Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</li> </ul>	Unitário
	<p><b>Moeda comemorativa</b> em latão niquelado (50mm): Cunhagem com método: 2D/2D em alto e baixo relevo. Acabamento base: Banho de níquel brilhante (mínimo 8 µm). Aplicação de cores: Esmalte sintético a fogo (<math>\geq 160^{\circ}\text{C}</math>). Proteção: Verniz anti-UV incolor sobre toda a peça. Borda serrilhada ou lisa com elementos personalizados com Numeração sequencial (Gravação da tiragem (ex: 001/500)</p> <p>Identificação local/data: "BRASÍLIA – DF – 2026" e Acabamento: Baixo relevo polido.</p> <p>Especificação das faces:</p> <p>ANVERSO - Brasão da SSP-DF</p> <p><b>Composição Heráldica:</b></p>	

	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Estrutura: Dois círculos concêntricos</li> <li>· Anel externo superior: "GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL"</li> <li>· Anel externo inferior: "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA"</li> <li>· Centro: Colunata estilizada de Brasília com escudo do DF</li> <li>· Escudo central: Cruz de Brasília (quatro setas douradas divergentes)</li> <li>· Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior</li> </ul> <p>Elementos das Corporações:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Polícia Militar: Duas pistolas cruzadas</li> <li>· Polícia Civil: Balança da justiça</li> <li>· Corpo de Bombeiros: Dois machados cruzados e archote</li> <li>· Detran-DF: Semáforo com faixa de pedestres</li> </ul> <p>Especificação de Cores (Esmalte):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Azul-marinho: Pantone 296 C (anel externo)</li> <li>· Amarelo-dourado: Pantone 108 C (elementos dourados)</li> <li>· Verde-cádmio: Pantone 356 C (escudo e elementos verdes)</li> <li>· Branco: Esmalte branco puro (detalhes e contraste)</li> </ul> <p>REVERSO - Brasão do Distrito Federal</p> <p>Composição Heráldica:</p>	
3	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Formato: Escudo inspirado nos pilotis do Palácio da Alvorada</li> <li>· Campo: Verde (sinople) com Cruz de Brasília</li> <li>· Cruz de Brasília: Quatro flechas divergentes douradas</li> <li>· Coronel: Mesa de reuniões (representando o Congresso Nacional)</li> <li>· Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior</li> </ul> <p>Especificação de Cores (Esmalte):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Verde sinople: Pantone 362 C</li> <li>· Dourado: Banho de ouro sobre níquel</li> <li>· Detalhes: Contornos em baixo relevo polido</li> </ul> <p><b>Estojo da moeda comemorativa</b> em veludo azul-marinho de alta qualidade Pantone 2768 C com dimensões externas de 95 mm x 95mm x 30 mm com tolerância de +/-1mm. Interior com forro em cetim branco ou veludo claro.</p> <p>Acabamento e Personalização</p> <p>Tampa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Personalização: Brasão da SSP-DF gravado</li> <li>· Técnica: Baixo relevo ou hot stamping dourado</li> </ul>	Unitário



	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Posicionamento: Centralizado na tampa</li> <li>· Qualidade: Reprodução fiel ao manual de identidade visual</li> </ul>	
	Base Interna	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Cavidade: Circular 52 mm de diâmetro × 8 mm profundidade</li> <li>· Proteção: Almofadado em veludo para acomodar a moeda</li> <li>· Acabamento: Bordas costuradas ou coladas com alta qualidade</li> <li>· Fechamento: Sistema de dobradiça resistente</li> </ul>	
	Embalagem Secundária	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Proteção: Caixa de papelão rígido 350 g/m²</li> <li>· Identificação: Dados do produto na embalagem externa</li> <li>· Proteção interna: Espuma ou papel bolha</li> </ul>	
	Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual	

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal já atua de forma consolidada no esforço dedicado ao uso estratégico das informações no planejamento, na avaliação e na formulação de políticas públicas mais eficazes, fundamentais no enfrentamento da violência e na promoção da segurança pública do Distrito Federal, assim a necessidade de serviços voltados a estrutura de eventos institucionais, serviços técnicos e demandas específicas de eventos também se tornou uma realidade principalmente nas temáticas relacionadas as políticas públicas diante das demandas apresentadas ao longo dos anos.

5.2. Para as necessidades apresentadas nos Documentos de Formalização de Demanda - DFD n.º 8/2025 (175661727) e DFD n.º 9 /2025 (176306497) é necessário avaliar as opções disponíveis no mercado e os principais fornecedores que possam atender à demanda com qualidade, eficiência e conformidade legal.

5.2.1. Atualmente, o mercado dispõe de diferentes categorias de empresas que podem prestar esse tipo de serviço, com variações em especialização, porte e abrangência. Dentre as principais opções identificadas, destacam-se:

### 5.2.1.1. Solução 1: Aquisição através de Sistema de Registro de Preços

Vantagens:

- Agilidade nas contratações: Dispensa nova licitação para cada compra, permitindo aquisições rápidas conforme a demanda.
- Economia e racionalização de recursos: A administração pode negociar melhores preços por volume e evitar compras emergenciais com valores elevados.
- Flexibilidade de contratação: O órgão não é obrigado a adquirir o total registrado na ata, podendo ajustar conforme necessidade real dos eventos.
- Planejamento centralizado: Permite que diversos órgãos compartilhem uma mesma ata, otimizando o processo e reduzindo duplicidade de esforços.
- Facilidade de adesão por outros órgãos ("carona"): Órgãos que não participaram da licitação podem aderir à ata, ampliando o alcance da contratação

Desafios:

- Risco de desatualização de preços: Em contextos de inflação ou variação cambial, os preços registrados podem se tornar defasados ao longo da vigência da ata.
- Baixa adesão ou execução parcial: O fornecedor pode não ter interesse em cumprir a ata se a demanda for menor que o esperado ou se os preços se tornarem desvantajosos.
- Dependência de planejamento preciso: A estimativa de consumo deve ser bem fundamentada. Erros podem gerar excesso ou falta de produtos/serviços.
- Possível concentração de mercado: Grandes atas podem favorecer fornecedores com maior capacidade, dificultando a participação de pequenas empresas.
- Controle e fiscalização complexos: A gestão da ata exige acompanhamento contínuo para garantir que os preços e condições legais sejam cumpridos.

#### **5.2.1.2. Solução 2: Adesão a Ata de Registro de Preços**

Vantagens:

- Rapidez na contratação: Evita a necessidade de realizar nova licitação, acelerando o processo de aquisição.
- Economia de recursos administrativos: Reduz custos operacionais com elaboração de edital, julgamento de propostas e publicação.
- Aproveitamento de condições vantajosas: Se a ata vigente tiver preços competitivos e fornecedores confiáveis, o órgão pode se beneficiar diretamente.
- Facilidade de planejamento: Permite atender demandas emergenciais ou sazonais com maior previsibilidade.
- Integração entre órgãos públicos: Estimula o uso compartilhado de recursos e padronização de contratações entre entes da administração.

Desafios:

- Necessidade de comprovar vantajosidade: Segundo o TCU (Acórdão 8151/2024), é obrigatório demonstrar que os preços da ata são compatíveis com os praticados no mercado.
- Inadequação técnica ou operacional: O objeto registrado pode não atender plenamente às especificações ou à realidade do órgão aderente.
- Dependência de fornecedor externo: O fornecedor pode não ter interesse em atender o órgão aderente, especialmente se estiver distante geograficamente ou se o volume for pequeno.
- Limitação de controle sobre o processo original: O órgão aderente não participou da fase de planejamento e julgamento da licitação, o que pode gerar insegurança jurídica.
- Risco de sobreposição de contratos: Pode haver conflito com contratos vigentes ou com planejamentos futuros, se não houver integração adequada.

#### **5.2.1.2. Solução 3: Aquisição integral por meio de Pregão eletrônico**

Vantagens:

- Economia de escala: Compras em lote único podem gerar preços mais baixos por unidade, aproveitando o poder de negociação.
- Redução de custos administrativos na fase contratual: Menos etapas e menos contratos para gerenciar, o que simplifica o processo para o órgão público.
- Maior transparência e controle: O ambiente eletrônico permite rastreabilidade, publicidade dos atos e controle por órgãos de fiscalização.

- Acesso ampliado a fornecedores: Empresas de todo o país podem participar, aumentando a competitividade e a chance de obter melhores propostas.

#### Desafios:

- Grande custos administrativo na fase de planejamento até a licitação.
- Menor competitividade em alguns casos: A exigência de fornecimento integral pode afastar pequenas empresas que não têm capacidade para atender todo o objeto.
- Risco de inexecução parcial ou total: Se o fornecedor vencedor não conseguir entregar tudo, o contrato pode ser comprometido, afetando o planejamento do órgão.
- Dificuldade de ajustes técnicos: A aquisição integral limita a flexibilidade para adaptar especificações ou quantidades ao longo do tempo.
- Dependência de um único fornecedor: Pode gerar vulnerabilidade se houver problemas com qualidade, prazos ou logística.
- Descompasso com demandas variáveis: Em casos de consumo não uniforme, a compra integral pode gerar excesso ou escassez de itens.

#### 5.2.2. Vejamos um quadro comparativo com critérios pré-definidos:

Critério	Sistema de Registro de Preços (SRP)	Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)	Aquisição Integral por Pregão Eletrônico
<b>1. Eficiência do processo</b>	Alta: permite contratações rápidas e recorrentes sem nova licitação.	Alta: aproveita ata vigente, com processo simplificado.	Média: exige licitação completa, com etapas formais.
<b>2. Economia</b>	Alta: negociação por volume e possibilidade de preços competitivos.	Variável: depende da vantajosidade da ata vigente.	Alta: concorrência direta pode gerar preços baixos.
<b>3. Flexibilidade</b>	Alta: permite compras conforme demanda, sem obrigatoriedade de aquisição total.	Média: limitada à estrutura e condições da ata original.	Baixa: exige aquisição integral, sem possibilidade de ajustes posteriores.
<b>4. Planejamento</b>	Alta: exige estimativa detalhada de consumo e planejamento prévio.	Média: depende da compatibilidade com o planejamento do órgão aderente.	Alta: exige planejamento preciso para evitar excesso ou escassez.

5.2.2.1. Considerando as características do objeto a ser adquirido — pins e moedas comemorativas personalizados para eventos institucionais — e os critérios de eficiência, economia, flexibilidade e planejamento, a modalidade mais adequada para a contratação é o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no Decreto nº 7.892/2013. Essa escolha se justifica pela natureza recorrente da demanda, que exige agilidade na contratação e capacidade de atendimento sob demanda, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos itens registrados.

5.2.2.2. O SRP permite que a Administração realize uma licitação única, com ampla competitividade, e mantenha os fornecedores registrados por um período determinado, possibilitando contratações conforme a necessidade real, o que representa uma vantagem significativa em termos de flexibilidade. Além disso, a modalidade favorece a economia de recursos públicos, uma vez que os preços são negociados com base em estimativas de consumo e podem ser mais vantajosos do que contratações isoladas ou emergenciais.

5.2.2.3 Do ponto de vista do planejamento, o SRP exige uma estimativa prévia de consumo, o que contribui para a organização das ações institucionais e permite maior controle sobre os gastos. A possibilidade de adesão por outros órgãos também amplia o alcance da contratação, promovendo padronização e racionalização dos processos administrativos. Por fim, a eficiência do processo é evidenciada pela simplificação das etapas de contratação, que se tornam mais céleres e menos burocráticas ao longo da vigência da ata.

#### 5.2.3. Conclusão

Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços para a aquisição de pins e moedas comemorativas atende aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, sendo a alternativa mais adequada para garantir o atendimento contínuo e planejado das demandas da SSPDF.

5.2.4. Neste contexto, em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), verificou-se que a aquisição por meio licitatório é adotada por diversos órgãos da administração pública, em todas as esferas, para solucionar o fornecimento dos objetos ora em estudo, vejamos alguns exemplos listados:

IDENTIFICAÇÃO	ÓRGÃO	DATA DIVULGAÇÃO
SRP 90017/2025 UASG: 80002	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO	20/08/2025
SRP 9009/2025 UASG: 200109	DPRF-DEPART.DE POL.RODOVIARIA FEDERAL/DF	24/10/2025
SRP 9134/2024 UASG 020001	SENADO FEDERAL	17/03/2025
SRP 90001/2025 UASG 389335	COREN - PI	02/04/2025

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. Dentre as formas de contratação pública apresentadas na Lei nº 14.133/2021, que estabelece o marco legal das licitações e contratos administrativos verifica-se que no levantamento de mercado os itens apresentados são tidos como comuns e de aquisição por diversos órgãos no formato de contratação direta na modalidade de dispensa de licitação e por meio de pregão eletrônico.

6.2. Conforme a demanda do documento de formalização de demanda e as soluções apresentadas pelo mercado, e ainda considerando as características do objeto a ser adquirido — pins e moedas comemorativas personalizados para eventos institucionais — e os critérios de eficiência, economia, flexibilidade e planejamento, a modalidade mais adequada para a contratação é o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no Decreto nº 44.330/2023. Essa escolha se justifica pela natureza recorrente da demanda, que exige agilidade na contratação e capacidade de atendimento sob demanda, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos itens registrados.

6.3. Desse modo, a execução neste formato ofertará capacidade de suprimento adequado as necessidades da Secretaria de Segurança na execução de seus eventos corporativos de acordo com a conveniência da administração. Ao considerar a descrição dos requisitos para atendimento das necessidades da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, evidencia-se demandas de diferentes setores da SSPDF, com eventos institucionais que envolvem autoridades, comunidade, servidores e colaboradores. Assim falemos sobre formato de entrega de serviços e itens.

6.4. Os itens deverão ser entregues mediante ordem de serviço emitida pelos responsáveis pela Execução do Contrato, por meio de ofício e/ou mensagem eletrônica, informando demanda, data, horário e local, na área de abrangência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, até o limite quantitativo total do serviço contratado, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis da data de realização do evento, na qual a Contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelo que lhe for demandado, considerando os serviços descritos neste estudo técnico.

6.5. De forma geral, a SSPDF tem eventos institucionais que envolvem autoridades, eventos que envolvem a comunidade, e eventos que envolvem servidores conforme itens abaixo:

Item	Especificação	Unidade de medida
	<b>Boton/pin:</b> Gravado no metal em alto relevo, esmaltado em baixo relevo. Fixação com pino e fecho de metal. Tamanho 25mm e espessura de 2 mm com tolerância de 10% quanto as medidas. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF. Poderá ser desenvolvida duas artes para as quantidades totais a ser estimada para os CONSEGS.	

1	<div data-bbox="590 56 941 436" data-label="Image"> </div> <p>Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual:</p> <p>Cores (aplicáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Base: Esmalte nas cores oficiais da SSP-DF</li> <li>· Azul-marinho: Pantone 296 C</li> <li>· Amarelo-dourado: Pantone 108 C</li> <li>· Verde-cádmio: Pantone 356 C</li> </ul> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p>	Unitário
2	<p><b>Boton/Pin:</b> Metal niquelado livre de oxidação com diâmetro de 22mm com tolerância de +/- 0,5mm e espessura de aproximadamente 2mm com tolerância de 0,2mm, peso estimado de de 3 a 5 grs com fecho tipo borboleta (clutch) em metal niquelado. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF.</p> <p>Embalagem: Saco de veludo azul-marinho 7x9 cm.</p> <p>Logomarca e Gravação</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Posicionamento: Logomarca da SSP-DF centralizada</li> <li>· Técnica: Alto-relevo bem definido</li> <li>· Fundo: Níquel polido com detalhes em baixo relevo</li> <li>· Borda: Lisa e regular</li> <li>· Legibilidade: Texto "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DF" legível</li> </ul> <p>Cores (aplicáveis)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Base: Esmalte nas cores oficiais da SSP-DF</li> <li>· Azul-marinho: Pantone 296 C</li> <li>· Amarelo-dourado: Pantone 108 C</li> <li>· Verde-cádmio: Pantone 356 C</li> <li>· Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</li> </ul>	Unitário
	<p><b>Moeda comemorativa</b> em latão niquelado (50mm): Cunhagem com método: 2D/2D em alto e baixo relevo. Acabamento base: Banho de níquel brilhante (mínimo 8 µm). Aplicação de cores: Esmalte sintético</p>	

a fogo ( $\geq 160^{\circ}\text{C}$ ). Proteção: Verniz anti-UV incolor sobre toda a peça. Borda serrilhada ou lisa com elementos personalizados com Numeração sequencial (Gravação da tiragem (ex: 001/500)

Identificação local/data: "BRASÍLIA – DF – 2026" e Acabamento: Baixo relevo polido.

Especificação das faces:

ANVERSO - Brasão da SSP-DF

**Composição Heráldica:**

- Estrutura: Dois círculos concêntricos
- Anel externo superior: "GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL"
- Anel externo inferior: "SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA"
- Centro: Colunata estilizada de Brasília com escudo do DF
- Escudo central: Cruz de Brasília (quatro setas douradas divergentes)
- Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior

Elementos das Corporações:

- Polícia Militar: Duas pistolas cruzadas
- Polícia Civil: Balança da justiça
- Corpo de Bombeiros: Dois machados cruzados e archote
- Detran-DF: Semáforo com faixa de pedestres

Especificação de Cores (Esmalte):

- Azul-marinho: Pantone 296 C (anel externo)
- Amarelo-dourado: Pantone 108 C (elementos dourados)
- Verde-cádmio: Pantone 356 C (escudo e elementos verdes)
- Branco: Esmalte branco puro (detalhes e contraste)

REVERSO - Brasão do Distrito Federal

**Composição Heráldica:**

- Formato: Escudo inspirado nos pilotis do Palácio da Alvorada
- Campo: Verde (sinople) com Cruz de Brasília
- Cruz de Brasília: Quatro flechas divergentes douradas
- Coronel: Mesa de reuniões (representando o Congresso Nacional)
- Lema: "VENTURIS VENTIS" em listel inferior

Especificação de Cores (Esmalte):

- Verde sinople: Pantone 362 C
- Dourado: Banho de ouro sobre níquel
- Detalhes: Contornos em baixo relevo polido

3

Unitário

	<p><b>Estojo da moeda comemorativa</b> em veludo azul marinho de alta qualidade Pantone 2768 C com dimensões externas de 95 mm x 95mm x 30 mm com tolerância de +/-1mm. Interior com forro em cetim branco ou veludo claro.</p> <p>Acabamento e Personalização</p> <p>Tampa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Personalização: Brasão da SSP-DF gravado</li> <li>· Técnica: Baixo relevo ou hot stamping dourado</li> <li>· Posicionamento: Centralizado na tampa</li> <li>· Qualidade: Reprodução fiel ao manual de identidade visual</li> </ul> <p>Base Interna</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Cavidade: Circular 52 mm de diâmetro × 8 mm profundidade</li> <li>· Proteção: Almofadado em veludo para acomodar a moeda</li> <li>· Acabamento: Bordas costuradas ou coladas com alta qualidade</li> <li>· Fechamento: Sistema de dobradiça resistente</li> </ul> <p>Embalagem Secundária</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Proteção: Caixa de papelão rígido 350 g/m²</li> <li>· Identificação: Dados do produto na embalagem externa</li> <li>· Proteção interna: Espuma ou papel bolha</li> </ul> <p>Aplicação: Fidelidade ao manual de identidade visual</p>	
--	--	--

## 6.6. Documentação e Aprovações

### 6.6.1. Aprovações Legais Obrigatórias

- **SSP-DF:** Autorização da Assessoria de Comunicação para uso do brasão institucional
- **Restrição:** Proibição de venda comercial (uso exclusivo institucional)

### 6.6.2. Processo de Aprovação Técnica

1. **Aprovação da arte:** Até 15 dias após contratação
2. **Moeda piloto:** Até 10 dias após aprovação da arte
3. **Aprovação final:** Pela SSP-DF antes da produção em lote
4. **Produção:** Até 30 dias após aprovação da moeda piloto

### 6.6.3. Documentação Técnica Obrigatória

- **Certificado de qualidade** do material base
- **Laudo dimensional** completo
- **Comprovação das cores** Pantone utilizadas

- **Manual de conservação** e manuseio
- **Certificado de autenticidade** numerado

## 6.7. Critérios de qualificação técnica

### 6.7.1. Experiência Obrigatória

- **Especialização:** Moedas comemorativas governamentais/institucionais para o referido item.
- **Capacidade:** Reprodução de elementos heráldicos complexos para o referido item.
- **Certificações:** ISO 9001:2015 ou equivalente

### 6.7.2. Referências Técnicas Aplicáveis

- **NBR ISO 9001:2015:** Sistema de Gestão da Qualidade
- **Especificações da Casa da Moeda do Brasil**
- **Normas internacionais de cunhagem** (quando aplicável)
- **Manual de Identidade Visual SSP-DF**
- **Decreto n.º 11/1960:** Brasão oficial do Distrito Federal

## 6.8. Condições de fornecimento

### 6.8.1. Quantidades Mínimas

- **Moedas:** Lote mínimo 250 peças
- **Pins:** Lote mínimo de 300 peças
- **Estojo:** Uma unidade por moeda
- **Tolerância de rejeição:** Máximo 2% do lote

### 6.8.2. Prazos de Entrega

- **Apresentação da arte:** 15 dias corridos a contar da solicitação.
- **Moeda piloto:** 10 dias corridos após aprovação da arte.
- **Lote completo:** 30 dias corridos após aprovação final.
- **Local de entrega:** Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

Sam S/N (Setor de Administração Municipal), Brasília, DF, 70620-000, horário comercial conforme acordado com executor do contrato.

### 6.8.3 Garantia e Assistência

- **Garantia:** 12 meses contra defeitos de fabricação
- **Reposição:** Gratuita para não conformidades técnicas
- **Assistência:** Suporte técnico especializado durante vigência

## 6.9. Disposições finais



### 6.9.1. Observações Importantes

- Todas as artes devem seguir rigorosamente os manuais de identidade visual.
- É obrigatória a apresentação dos itens no formato piloto antes da produção que será a referência para os pedidos. Cada Piloto, depois de aprovado será a referência para futuros pedidos do item.
- Fornecedor deve possuir experiência comprovada em cunhagem institucional.
- Cores devem ser certificadas conforme códigos Pantone especificados.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para a estimativa prévia foram consideradas as demandas dos documentos que formalizaram a demanda Doc. SEI nº (175661727) e Doc. SEI nº (176306497) e reuniões com os demandantes.

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade
1	<b>Boton/pin:</b> Gravado no metal em alto relevo, esmaltado em em baixo relevo. CONSEG.	Unitário	1000
2	<b>Boton/Pin:</b> Metal niquelado livre de oxidação com diâmetro de 22mm com tolerância de +/- 0,5mm e espessura de aproximadamente 2mm com tolerância de 0,2mm, peso estimado de de 3 a 5 grs com fecho tipo borboleta (clutch) em metal niquelado. Conforme arte aprovada, com logomarca da SSPDF.I	Unitário	700
3	<b>Moeda comemorativa</b> em latão niquelado (50mm): Cunhagem com método: 2D/2D em alto e baixo relevo.	Unitário	500

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 120.022,00

8.1. O valor de referência estimado é de **R\$ 120.022,00 (cento e vinte mil vinte e dois reais)**, contido na planilha comparativa de preços constante nos autos, apurado mediante pesquisa de mercado e de preços praticados pela Administração, na seguinte Classificação de Despesa:

--	--	--	--	--	--

Item	Especificação	Unidade de medida	Valor unitário	Quantidade	Valor Total
1	<b>Boton/pin:</b> Gravado no metal em alto relevo, esmaltado em baixo relevo. Fixação com pino e fecho de metal.	Unitário	R\$ 17,66	1.000	R\$ 17.660,00
2	<b>Boton/Pin:</b> Metal niquelado livre de oxidação com diâmetro de 22mm com tolerância de +/- 0,5mm e espessura de aproximadamente 2mm com tolerância de 0,2mm, peso estimado de de 3 a 5 grs com fecho tipo borboleta (clutch) em metal niquelado.	Unitário	R\$ 17,66	700	R\$ 12.362,00
3	<b>Moeda comemorativa</b> em latão niquelado (50mm): Cunhagem com método: 2D/2D em alto e baixo relevo.	Unitário	180,00	500	R\$ 90.000,00

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o parcelamento do objeto deve ser adotado como regra, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade. Entretanto, o mesmo dispositivo legal admite exceção quando o parcelamento não se mostrar adequado sob os aspectos técnico, operacional ou econômico, desde que tal decisão seja devidamente justificada.

9.2. No presente caso, o objeto consiste na aquisição de botons/pins para identificação pessoal e medalhas comemorativas, os quais, embora representem itens distintos, apresentam elevada interdependência técnica, estética e funcional, exigindo padronização de materiais, processos produtivos, acabamento, cores, gravações, dimensões e controle de qualidade.

9.3. A eventual contratação de fornecedores distintos para cada item poderia comprometer a uniformidade visual e qualitativa dos produtos, gerar diferenças de acabamento e materiais, dificultar a fiscalização contratual e aumentar o risco de inconformidades e atrasos na execução. Ademais, a fragmentação do objeto implicaria maior complexidade administrativa, com a gestão de múltiplos contratos, o que não se mostra eficiente nem vantajoso para a Administração.

9.4. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007, "in verbis":

*"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". (grifo nosso)*

9.5. Dessa forma, considerando, a necessidade de padronização visual e qualitativa dos botons/pins e medalhas, a conveniência de concentrar a responsabilidade da execução em um único fornecedor, a busca pela eficiência administrativa, pela redução de riscos e pela economicidade, e o entendimento consolidado do TCU acerca da matéria, conclui-se que o não parcelamento da solução, com a contratação de uma única empresa para o fornecimento de todos os itens, é tecnicamente adequado, juridicamente amparado e alinhado ao interesse público, mostrando-se a alternativa mais eficiente para atender à necessidade administrativa identificada neste Estudo Técnico Preliminar.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O Plano Estratégico da SSPDF 2023/2025 traz dentre os objetivos estratégicos a indução de uma política de segurança como investimento e em contexto amplo, além dos integrantes do SUSP através do fomento a integração e o compartilhamento entre os órgãos de Segurança Pública e demais instituições distritais e a cooperação federativa.

11.2. A Administração Pública, visando a melhoria da prestação dos serviços dos órgãos responsáveis pela segurança pública, promulgou a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Dentre os diversos temas abordados nesta normativa, destaca-se o artigo 4º que trata sobre os princípios da PNSPDS, *in verbis*:

Art. 4º São princípios da PNSPDS:

[...]

II - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;

[...]

VII - participação e controle social;

VIII - resolução pacífica de conflitos;

[...]

XIII - otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;

XIV - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade;

11.3. A Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social, instituída pela Lei nº 6.456, de 26 de dezembro de 2019, estabelece:

Art. 3º São princípios da Política Distrital de Segurança Pública e Defesa Social:

[...]

V - proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;

VI - integração nas ações de segurança pública;

VII - simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade do serviço prestado à sociedade;

[...]

11.4. Segue Calendário prévio dos eventos da SSP/DF, elaborados pelos setores demandantes por meio do Processo SEI nº 00050-00000901/2025-81, ressalta-se que as datas poderão ser alteradas, bem como poderão ocorrer eventos não previstos abaixo:

jan/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo

1	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade.	São 12 encontros ao longo do ano, sendo um por mês. Dia 30 será o encontro referente a janeiro /25.	30/01 /2025	Servidores
fev/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SGL	Apresentação de resultados e comemoração dos 10 anos de criação da SGL	1 dia	07/02 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Andressa Barbosa e Marcio Atalla.	1 dia	18/02 /2025	Servidores
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP	1 dia	20/02 /2025	Conselheiros
	ASCOL	Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	20/02 /2025	Servidores

	SUEGEP	Oficina de acompanhamento financeiro para os servidores da SSP	1 dia	25/02 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade.	1 dia	25/02 /2025	Servidores
	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	25/02 /2025	Servidores
	ASCOL	REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSESP	2 dias	26/02 /2025	SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DOS ESTADOS E DF, ALÉM DE AUTORIDADES DO MJSP
	SUBISP	Reunião de CRISP (11 reuniões, uma a cada mês)	1 dia	26/02 /2025	Servidores
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF	1 dia	26/02 /2025	Servidores
	SI	Reunião da Câmara Técnica de Inteligência de Segurança Pública	2 dias	26/02 /2026	Servidores
	SUPREC	Empresa Responsável Comunidade Mais Segura - Carnaval	5	28/02 /2025	Mulheres

mar/25

--	--	--	--	--	--

Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO GESTOR DO PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CGPDISP	2 horas	11/03 /2025	Conselheiros
	SUEGEP	Oficina de acompanhamento financeiro para os servidores da SSP	1 dia	13/03 /2025	Servidores
	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	13/03 /2025	Servidores
	UNICONSEGS	1ª Reunião de alinhamento e apresentação de resultados	1 dia	13/03 /2025	Sociedade em geral
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Livia Cavalcante e Alexandra Loras.	1 dia	17/03 /2025	Servidores
	ASCOL	Curso EAD – prevenção à violência de gênero intra e extra familiar	1 dia	17/03 /2025	Empresas privadas do DF
	UNICONSEGS	Capacitação CONSEG - Módulo I	5 dias	17/03 /2025	Sociedade em geral
		Reunião Ordinária do CONSELHO DE			

	ASCOL	ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – CAFUSPDF	2 horas	19/03 /2025	Conselheiros
	SUEGEP	Inauguração do Centro de Atenção Biopsicossocial	1 dia	19/03 /2025	Servidores
	SUPREC	Cerimônia de renovação do ACT Viva Flor	1 dia	19/03 /2025	Servidores
	SI	Encontro do Grupo Centro-Oeste	1 dia	21/03 /2025	Servidores
	UNICONSEGS	Capacitação CONSEG - Módulo II	5 dias	24/03 /2025	Sociedade em geral
	SUPREC	Acordo de Cooperação Técnica SSPDF X SMDF X SEJUS X PARKSHOPPING	1 dia	25/03 /2025	Mulheres
	SUPREC	ENCONTRO FORMATIVO DA ALIANÇA PROTETIVA /GAMA	1 dia	26/03 /2025	Sociedade em geral
	SUEGEP	Campanha de Saúde dos Servidores das Forças	1 dia	26/03 /2025	Servidores
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF	1 dia	27/03 /2025	Servidores
	UNICONSEGS	Capacitação CONSEG - Módulo III	5 dias	31/03 /2025	Sociedade em geral

abr/25					
Quantidade	Informe o setor da SSP		Duração	Data provável	

de eventos no Mês	ao qual pertence	Nome do evento	estimada do evento	do evento	Público alvo
	SUPREC	Capacitação dos servidores da PCDF para operacionalização do Sistema de Proteção à Mulher /Viva Flor	1 dia	08/04 /2025	Servidores
	SUPREC	Capacitação sobre o Programa de Segurança Preventiva Viva Flor	1 dia	09/04 /2025	Servidores
	SUPREC	Capacitação sobre o Programa de Segurança Preventiva Viva Flor	3 horas	10/04 /2025	Servidores
	ASCOL	Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	17/04 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Pedro Fávero e Gustavo Cerbasi.	1 dia	17/04 /2025	Servidores
	SUPREC	Acordo de Cooperação Técnica SSPDF X SMDF X BELLASCAR	1 dia	22/04 /2025	Motoristas de aplicativos
		Encontros			



	SUEGEP	presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	24/04 /2025	Servidores
	SUEGEP	Solenidade de abertura do Mestrado em Segurança Pública	1 dia	28/04 /2025	Servidores
	SUPREC	Lançamento do Programa de Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública "Turminha Mais Segura"	1 dia	29/04 /2025	Populações vulneráveis
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP	2 horas	30/04 /2025	Conselheiros

maí/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SUBISP	Inauguração do Centro de Referência de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas	1 dia	06/05 /2025	Sociedade em geral
	SUPREC	Empresa Responsável Comunidade Mais Segura - Funn Festival	2 dias	12/05 /2025	Colaboradores empresa Funn Entretenimentos
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	15/05 /2025	Populações vulneráveis

	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	15/05 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Thirza Reis e Samel Bortolin.	1 dia	19/05 /2025	Servidores
	SUPREC	ENCONTRO FORMATIVO DA ALIANÇA PROTETIVA /RECANTO DAS EMAS	1 dia	21/05 /2025	Sociedade em geral
	UNICONSEGS	2ª Reunião de alinhamento e apresentação de resultados	1 dia	22/05 /2025	Sociedade em geral
	SI	Abertura do Curso de Inteligência de Segurança Pública - CISP 2025	1 dia	26/05 /2025	Servidores

jun/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF	1 dia	04/06 /2025	Servidores
	SUDEC	Cerimônia de Entrega da Medalha da	1 dia	08/06 /2025	Sociedade em geral

		Defesa Civil.			
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO GESTOR DO PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CGPDISP	2 horas	10/06 /2025	Conselheiros
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	11/06 /2025	Populações vulneráveis
	SI	Ciclo de Palestras	1 dia	11/06 /2025	Servidores
	SUEGEP	Summit	1 dia	17/06 /2025	Sociedade em geral
	ASCOL	Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	18/06 /2025	Servidores
	AGEPRO	WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS	MANHÃ OU TARDE	18/06 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Genesson Honorato e Lúcia Helena Galvão.	1 dia	18/06 /2025	Servidores
	SUPREC	CONECTADO E PROTEGIDO: PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E	1 dia	19/06	Pessoas idosas,

		CRIMES CONTRA A PESSOA IDOSA		/2025	cuidadores e familiares
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP	2 horas	26/06 /2025	Conselheiros
	SI	Encerramento do CISP 2025	1 dia	27/06 /2025	Servidores

jul/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	03/07 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Terezinha Rios e Frankel Brandão.	1 dia	08/07 /2025	Servidores
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF	1 dia	17/07 /2025	Servidores
	SUPREC	Capital Moto Week 2025	2 dias	21/07 /2025	colaboradores da empresa Capital Moto Week

ago/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SUBISP	Curso de Atenção Humanizada de Desaparecimento de Pessoas	1 dia	06/08 /2025	Servidores
	UNICONSEGS	3ª Reunião de alinhamento e apresentação de resultados	1 dia	07/08 /2025	Sociedade em geral
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Leonardo Machado e Léo Fraiman.	1 dia	12/08 /2025	Servidores
	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	14/08 /2025	Servidores
	AGEPRO	WORKSHOP BOAS PRÁTICAS	MANHÃ OU TARDE	18/08 /2025	Servidores
	SUPREC	Empresa Responsável Comunidade Mais Segura - Festival Na Praia	2 dias	18/08 /2025	Colabores da Empresa R2 Produções
	SUPREC	ENCONTRO FORMATIVO DA ALIANÇA PROTETIVA/SOL NASCENTE	1 dia	20/08 /2025	Sociedade em geral
	SUBISP	Seminário Internacional de Atenção Humanizada ao Desaparecimento de Pessoas	2 dias	20/08 /2025	Sociedade em geral

	ASCOL	Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	21/08 /2025	Servidores
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	21/08 /2025	Populações vulneráveis
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP	2 horas	28/08 /2025	Conselheiros
	UNICONSEGS	Entrega Medalha Mérito CONSEG	1 dia	29/08 /2025	Sociedade em geral

set/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SUEGEP	Solenidade de Encerramento do CAGISP	1 dia	01/09 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Bianca Vilela e Guilherme Messas.	1 dia	09/09 /2025	Servidores

	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO GESTOR DO PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CGPDISP	2 horas	25/09 /2025	Conselheiros
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	25/09 /2025	Populações vulneráveis

out/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SI	Seminário Inteligência em Foco	1 dia	01/10 /2025	Servidores
	SUBISP	Curso de Atenção Humanizada de Desaparecimento de Pessoas 2ª Edição	1 dia	07/10 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Juliana Bley e Daniel Cady.	1 dia	07/10 /2025	Servidores
	UNICONSEGS	4ª Reunião de alinhamento e apresentação de resultados	1 dia	09/10 /2025	Sociedade em geral
		Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE			

	ASCOL	COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	16/10 /2025	Servidores
	SUEGEP	Encontros presenciais de orientação financeira, com o consultor Pedro Fávero e assessores financeiros qualificados.	1 dia	16/10 /2025	Servidores
	SUEGEP	II Corrida da Integralidade	1 dia	19/10 /2025	Servidores
	AGEPRO	WORKSHOP BOAS PRÁTICAS	MANHÃ OU TARDE	21/10 /2025	Servidores
	SUPREC	ENCONTRO FORMATIVO DA ALIANÇA PROTETIVA /SANTA MARIA	1 dia	22/10 /2025	Sociedade em geral
	SUEGEP	Campanha de Saúde dos Servidores da SSP	1 dia	22/10 /2025	Servidores
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Femicídios - CTMHF	1 dia	22/10 /2025	Servidores
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	23/10 /2025	Populações vulneráveis
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP	2 horas	30/10 /2025	Conselheiros



nov/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Ana Paula Peña e Dráuzio Varella.	1 dia	04/11 /2025	Servidores
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO GESTOR DO PLANO DISTRITAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CGPDISP	2 horas	12/11 /2025	Conselheiros
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL – CAFUSPDF	2 horas	13/11 /2025	Conselheiros
	SUPREC	Programa Formativo de Promotores de Segurança Cidadã	2 dias	13/11 /2025	Populações vulneráveis
	AGEPRO	encontro boas práticas	noite	19/11 /2025	Servidores
	SUBISP	Solenidade de entrega da Medalha Mulher Mais Segura	1 dia	25/11 /2025	Sociedade em geral
	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO DISTRITAL DE	2 horas	26/11 /2025	Conselheiros

		SEGURANÇA PÚBLICA – CONDISP			
	SUPREC	II CICLO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL	1 dia	26/11 /2025	Profissionais de creches e escolas das redes de ensino pública e privada
	SUPREC	ENCONTRO FORMATIVO DA ALIANÇA PROTETIVA /ESTRUTURAL	1 dia	26/11 /2025	Sociedade em geral
	UNICONSEGS	Encontro Nacional dos CONSEGS	2 dias	26/11 /2025	Sociedade em geral

dez/25					
Quantidade de eventos no Mês	Informe o setor da SSP ao qual pertence	Nome do evento	Duração estimada do evento	Data provável do evento	Público alvo
	ASCOL	Reunião Ordinária do COMITÊ DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO – CGTIC E COMITÊ INTERNO DE GOVERNANÇA PÚBLICA E GESTÃO ESTRATÉGICA – CIGESP	2 horas	02/12 /2025	Servidores
	SUEGEP	Movimento Vida 360. Propósito, Saúde e Felicidade. Daniela Migliari e Rossandro Klinjey.	1 dia	03/12 /2025	Servidores

	ASCOL	Reunião Ordinária do CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSESP	2 dias	04/12 /2025	Secretários de Segurança Pública e Assessores
	AGEPRO	WORKSHOP BOAS PRÁTICAS	MANHÃ OU TARDE	09/12 /2025	Servidores
	CTMHF	Reunião do Comitê Executivo da Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios - CTMHF	1 dia	09/12 /2025	Servidores

11.5. Com propósito de identificar a regularidade do alinhamento da demanda ao planejamento da contratação segue identificação no PCA do objeto deste estudo conforme documento SEI (193872940) **ID PCA 2026:**

ITEM	TIPO DE SERVIÇO OU PRODUTO	CÓDIGOS ID's GERADOS NO PCA
1	Boton/pin CONSEG	38034
2	Boton/Pin SUEGEP	42112
3	Moeda SUEGEP	42115

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços na confecção de botons/pin e por moedas de coleção trará suporte logístico aos eventos voltados às necessidades da **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF)** com benefícios estratégicos administrativos, impactando positivamente a eficiência dos eventos voltados a integração com a Sociedade, com órgãos e sociedade. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

### 12.1.1. Otimização de Recursos e Redução de Custos

As empresas contratadas assumem a responsabilidade pela infraestrutura logística e mão de obra qualificada para atender a demanda institucional da SSPDF evitando desperdícios com contratações pontuais ou emergenciais.

### 12.1.2. Padronização e Qualidade na Prestação do Serviço

Ao contar com empresa especializada, a SSP/DF garante um padrão de qualidade nas aquisições em tela, assegurando a adequação dos serviços às normas técnicas e às boas práticas do setor.

### 12.1.3. Cumprimento de Normas e Regulamentações

A empresa contratada será responsável pelo atendimento às exigências legais e normativas, incluindo segurança do trabalho, acessibilidade, legislação ambiental e demais diretrizes aplicáveis às aquisições públicas.

### 12.1.4 Melhoria na Experiência do Público e dos Participantes

Com uma logística bem organizada as aquisições promoverão maior qualidade para os agraciados, sejam eles autoridades, servidores ou público em geral.

### 12.1.5 Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

A contratação inclui diretrizes sustentáveis, como redução de desperdício de materiais, descarte correto de resíduos e adoção de tecnologias mais eficientes, garantindo um menor impacto ambiental.

### 12.1.6. Fortalecimento da Imagem Institucional da SSP/DF

Eventos organizados de forma profissional e com alto padrão de qualidade contribuem para a credibilidade e fortalecimento da imagem da Secretaria junto à sociedade, parceiros institucionais e demais órgãos públicos.

12.1.7. Dessa forma, a contratação de empresa especializadas proporcionará ganhos significativos para a gestão dos eventos realizados pela **Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal**, garantindo eficiência, qualidade e melhor aproveitamento dos recursos públicos voltados para Segurança Pública quanto ao reconhecimento e integração dos participantes.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não se faz necessária nenhuma adequação no ambiente deste órgão no tocante a contratação almejada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de empresas para atender as demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal quanto a moedas de homenagem e Pins pode gerar diversos impactos ambientais, dependendo da escala e da natureza dos produtos utilizados. Alguns dos principais impactos incluem:

### Matérias-primas

- Metais como alumínio, cobre, níquel e zinco são extraídos por mineração, que causa:
  - Desmatamento e degradação do solo
  - Contaminação de rios por metais pesados (ex: mercúrio e cianeto)
  - Emissão de gases poluentes durante o transporte e fundição
- Plásticos e resinas usados em pins e botons:
  - Derivados do petróleo, com alto impacto de carbono
  - Dificil reciclagem dependendo da composição

### Processos de fabricação

- Fundição e galvanoplastia (banho metálico):
  - Geração de efluentes tóxicos e resíduos sólidos (lixas, aparas, embalagens)
  - Emissão de fumos metálicos e gases nocivos como monóxido de carbono
- Tingimento e acabamento:
  - Uso de solventes e corantes que podem poluir águas subterrâneas

14.2. Em atenção ao disposto na Lei nº 4.770/2012 serão exigidos neste certame a aplicação de critérios de sustentabilidade ambiental.

Em relação ao FABRICANTE, ao PRODUTOR ou ao FORNECEDOR, conforme art. 1º, inc. I, da Lei nº 4.770/2012; a Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:

A adoção de processos de extração, fabricação e utilização de produtos e matérias-primas de forma ambientalmente sustentável;

A deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos da indústria, comércio ou construção civil, bem como da água utilizada;

A utilização de matéria-prima renovável, reciclável, biodegradável e atóxica;

A utilização de tecnologia e material que reduzam o impacto ambiental;

A logística reversa.

Em relação ao FORNECEDOR, conforme art. 2º, inc. I, da Lei nº 4.770/2012; a Contratada deverá aplicar como critérios de sustentabilidade ambiental para a execução do contrato:

A recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis por essa Administração pública;

A comprovação de que adota práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

Conforme art. 8º, incs. I a V, da Lei nº 4.770/2012; a Contratada deverá comprovar que tem condições de adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço, especialmente:

Utilização de produtos de limpeza e conservação que obedeçam às classificações e às especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

Adoção de medidas, equipamentos ou técnicas que:

Reduzam o consumo de água e energia;

Eliminem o desperdício de materiais e energia utilizados;

Reduzam ou eliminem a emissão de ruídos;

Fornecimento aos empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Realização de treinamento interno de seus empregados, para redução da produção de resíduos e do consumo de energia elétrica e água, observadas as normas ambientais vigentes;

Observância das Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. À luz das análises empreendidas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação para aquisição de botons/pins e moedas comemorativas revela-se viável sob os aspectos técnico, econômico e administrativo, atendendo ao interesse público e aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

15.2. A necessidade decorre de demanda institucional legítima, vinculada à realização de solenidades, atos oficiais e ações de reconhecimento e valorização institucional, práticas consolidadas na Administração Pública. Os itens pretendidos possuem natureza representativa e protocolar, contribuindo para a preservação da memória institucional e para o fortalecimento da identidade organizacional.

15.3. Do ponto de vista técnico, os produtos apresentam especificações objetivas, padronização no mercado e ampla oferta por fornecedores especializados, o que viabiliza a definição clara dos requisitos do objeto, reduz riscos de execução e assegura a adequada competitividade do certame. Não foram identificadas soluções alternativas que atendam de forma equivalente à finalidade institucional pretendida.

15.4. Sob o aspecto econômico, os valores estimados mostram-se compatíveis com os preços praticados no mercado, não caracterizando dispêndio desproporcional frente aos benefícios institucionais esperados. Trata-se de contratação de baixo impacto orçamentário, sem indícios de risco relevante à sustentabilidade fiscal ou à economicidade.

15.5. Quanto à viabilidade administrativa, o objeto é de baixa complexidade, não demandando estrutura adicional, capacitação específica ou adaptações operacionais relevantes, sendo de fácil gestão, fiscalização e recebimento.

15.6. Diante do exposto, restam atendidos os requisitos de necessidade, adequação da solução, razoabilidade dos custos e exequibilidade administrativa, razão pela qual se declara viável a contratação, recomendando-se a continuidade do processo de contratação nos termos da legislação vigente.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Despacho - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN (186199791)

### **MAURICIO FIGUEIREDO DA SILVA JUNIOR**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 17:12:35.*

Despacho: Despacho-SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP (176036236)

### **ARMANDO PEREIRA DE ALMEIDA NETO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:26:23.*

Despacho: Despacho-SSP/SEGI/SUAG/CLIC/DIPLAN/GEIP (176036236)

### **MARCELLO MACEDO DE AZEVEDO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 26/02/2026 às 13:33:40.*



Governo do Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal  
Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas  
Diretoria de Licitações e Compras Diretas

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF

Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E ..... O Distrito Federal, por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de Brasília/DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de .... de ..... de 20..., publicada no DODF de .... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de boton/pin metálico para identificação pessoal e moeda comemorativa, visando atender demandas da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS(ARTS. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....).

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ .

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 11.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. **Impedimento de licitar** e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “11.1.5”, “11.1.6”, “11.1.7” e “11.1.8” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “11.1.2”, “11.1.3” e “11.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ( art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**
1. Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 9,9%, que corresponde a 30 dias;
  2. Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 19,8% por cento, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
    - a) O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
  3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “11.1.5” a “11.1.8” do subitem 11.1, de 0,33% a 9,9% do valor do Contrato.
  4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “11.1.3” do subitem 11.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.
  5. Para infração descrita na alínea “11.1.2” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Contrato.
  6. Para infrações descritas na alínea “11.1.4” do subitem 11.1, a multa será de 0,33% a 0,66% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “11.1.1” do subitem 11.1, a multa será de 0,33% a 9,9% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

I - *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

II - *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:
- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

- 14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)**

- 17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-  
2-

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM CONJUNTO A BLOCO A - EDIFÍCIO SEDE - Bairro ASA NORTE - CEP 70620000 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - www.ssp.df.gov.br

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas

Serviço de Licitações

Declaração - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/SLIC

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, adotado no âmbito do DF, através do Decreto nº 44.330, de 16/03/2023. Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: SAM, conjunto A, Edifício sede da SSPDF, 2º andar, CLIC, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.620- 000, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo Certame.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro ASA NORTE - CEP 70620-000 -

00050-00000988/2024-14

Doc. SEI/GDF 153459059



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas

Serviço de Licitações

Declaração - SSP/SEGI/SUAG/CLIC/SLIC

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone n.º \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ..... de..... de..... .

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAM - Conjunto "A" Bloco "A" Edifício Sede - Bairro Setor de Administração Municipal - CEP 70620-000 - DF